

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Bon Nome Solar Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Bon Nome Solar Participações S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Bon Nome Solar Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bon Nome Solar Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Critérios de capitalização de gastos como ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 5, a controladas da Companhia possui saldo consolidado de imobilizado, no montante de R\$ 399.057 mil. O negócio em que a Companhia e sua controlada estão inseridas requer que a Companhia e sua controlada efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação a determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos. Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, entendimento do processo e dos controles relacionados à avaliação dos critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado, teste documental, em bases amostrais, dos bens adquiridos durante o exercício de 2021 de forma a verificar, com base na documentação que suporta tais aquisições, as evidências do momento da capitalização e da natureza dos gastos adicionados ao imobilizado. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 5.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Bon Nome Solar Participações S/A

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2021	31/12/2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18	11.895
Impostos a recuperar		19	65
Outros ativos		-	689
Total do ativo circulante		37	12.649
<u>Ativo não circulante</u>			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos		-	30
Investimentos	4	405.734	-
Imobilizado	5	-	399.057
Intangível	6	-	2.444
Direito de uso	7	-	6.420
Total do ativo não circulante		405.734	407.951
Total do ativo		405.771	420.600

Bon Nome Solar Participações S/A

Balanços patrimoniais - continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2021	31/12/2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	-	6.530
Debêntures	9	255.555	255.555
Tributos e encargos sociais a recolher	-	37	1.839
Passivo de arrendamento	11	-	25
Total do passivo circulante		255.592	263.949
<u>Passivo não circulante</u>			
Passivo de arrendamento	11	-	6.472
Total do passivo não circulante		-	6.472
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12.1	146.094	146.094
Reserva de lucros	12.1	4.085	4.085
		150.179	150.179
Total do patrimônio líquido		150.179	150.179
Total do passivo e patrimônio líquido		405.771	420.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S/A

Demonstrações dos resultados
Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2021	31/12/2021
<u>Despesas operacionais</u>			
Despesas administrativas e gerais	13	(267)	(329)
Resultado de equivalência patrimonial	4	11.652	-
Total das despesas operacionais		11.385	(329)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		11.385	(329)
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras	14	508	12.827
Despesas financeiras	14	(7.647)	(8.133)
Resultado financeiro líquido		(7.139)	4.694
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.246	4.365
Imposto de renda e contribuição social corrente		(161)	(280)
Lucro líquido do período		4.085	4.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do período	4.085	4.085
Total do resultado abrangente do período	<u>4.085</u>	<u>4.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros a realizar</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de junho de 2021 (*)		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital		162.000	(15.906)	-	-	-	146.094
Lucro líquido do período		-	-	-	-	4.085	4.085
Constituição reserva legal		-	-	204	-	(204)	-
Constituição reserva de lucros a realizar		-	-	-	3.881	(3.881)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		162.000	(15.906)	204	3.881	-	150.179

(*) O capital social no mês de constituição da Companhia, em 1º de junho de 2021 era de R\$400 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	4.085	4.085
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Amortização do direito de uso	-	96
Juros sobre debêntures	6.846	6.846
Amortização de custos de transação	561	561
Resultado de equivalência patrimonial	(11.652)	-
Juros de arrendamentos	-	338
MTM ganhos em operações de hedge	-	(11.973)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Outros ativos	(19)	(451)
Acrécimo (decrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	-	(6.796)
Obrigações trabalhistas e tributárias	122	1.732
	(57)	(5.562)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(85)	(85)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(142)	(5.647)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital na investida	(346.244)	-
Adições ao imobilizado e intangível	-	(338.918)
Caixa proveniente de reorganização societária	-	10.057
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(346.244)	(328.861)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	250.000	250.000
Custos de captação de debêntures	(1.852)	(1.852)
Pagamento de arrendamentos	-	(1)
Integralização de capital social	98.256	98.256
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	346.404	346.403
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	18	11.895
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
No fim do exercício	18	11.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bon Nome Solar Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, cj 304, Jd. Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia foi constituída em 1º de junho de 2021 sob a denominação de SF 349 Participações Societárias S.A., sendo seu capital social representado por quatrocentas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e tem por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital em empresas nacionais ou estrangeiras, na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures.

Em 1º de julho de 2021, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, no qual o fundo de investimento, Mercury Renew Participações S.A, adquiriu dos sócios Luis Guilherme de Souza Silva e Lawrence Santini Echenique a integralidade das ações, tornando-se o único acionista e controladora da Companhia. Nessa mesma data, a controladora Mercury aumentou o capital da Companhia através da integralização das ações da Bom Nome Solar S.A. no montante de R\$ 47.838 (R\$ 45.393 do investimento na Bon Nome Solar e R\$ 2.445 de mais valia registrada como intangível). A Companhia passou a ser controladora da Bom Nome Solar S.A. Uma vez que os controladores da Companhia já eram os controladores da Bon Nome Solar S.A., essa operação foi tratada como uma transação entre acionistas.

Na data da transação, as principais informações financeiras da Bon Nome Solar são:

	Ativos
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10.057
Outros ativos circulantes	210
Total do ativo circulante	10.267
Ativo não circulante	
Outros ativos não circulantes	122
Imobilizado líquido	60.139
Direito de uso	6.516
Total do ativo não circulante	66.777
Total do ativo	77.044
	Passivos
Passivo circulante	
Fornecedores diversos	13.326
Instrumentos financeiros derivativos	11.973
Passivo de arrendamento	6
Outros passivos circulantes	192
Total do passivo circulante	25.497
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	6.154
Total do passivo não circulante	6.154
Patrimônio líquido	45.393
Total do passivo	77.044

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - continuação

A reestruturação objetivou a emissão de 250.000 mil debêntures simples não conversíveis em ações no valor nominal de R\$ 1 (um real) cada totalizando R\$ 250.000 em debêntures na entidade recém adquirida para financiamento da UFV Bon Nome Solar S.A.

1.1. Avaliação da capacidade de continuidade

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$251.300, decorrente basicamente das debêntures com vencimento em 2022. Em 19 de janeiro de 2022, a controlada da Companhia Bom Nome Solar S.A. assinou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste no montante de R\$ 192.513, que será utilizado para liquidar, aproximadamente, 75% do saldo das debêntures. O saldo remanescente será refinanciado. Adicionalmente, a controlada da Companhia iniciou sua operação comercial em fevereiro de 2022, conforme descrito na Nota 17.

Com base nos fatos dispostos acima, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuidade de suas operações e entende que os recursos financeiros a serem recebidos são suficientes para a conclusão das construções e cobrir os custos de administração, operação e manutenção. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

1.2. Declaração de conformidade

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada para o período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 4 de abril de 2022.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - continuação

1.3. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Conforme nota explicativa nº 1, a controlada da Companhia iniciou a implantação do projeto Bon Nome Solar Participações em junho de 2021, não sofrendo nenhum impacto na programação dos seus projetos de aquisições das investidas ou na contratação dos equipamentos e de mão-de obra para início da construção da usina, cumprindo assim o cronograma de construção.

No escritório administrativo, a Companhia e sua controlada instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passando a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi adotado protocolo de higienização e adoção de álcool em gel em todos os ambientes.

A Companhia e sua controlada não identificaram impactos relevantes econômicos e contábeis em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que alterassem essa situação.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e sua controlada e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas estão divulgadas na Nota 10.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante o período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

2.1. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, caso contrário será registrado no circulante.

2.2. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia e sua controlada faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro do período.

A Companhia e sua controlada são tributadas pela sistemática do lucro presumido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo de arrendamento, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estarão disponíveis para uso, conforme demonstrados na Nota 6.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício/período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de sua controlada, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e sua controlada não identificaram perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas no período de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e sua controlada se tornam partes das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--continuação

Ativos financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- (a) *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- (b) *Ativos financeiros a custo amortizado*: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia e sua controlada considera:

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- (a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- (b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (a) *Mensurados pelo valor justo por meio do resultado*: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do período e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- (b) *Mensurados subsequentemente ao custo amortizado*: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco cambial. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do período.

2.10. Investimentos

Investimentos em empresa controlada direta ou indiretamente

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos em controlada são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. As mais valias são incluídas no valor contábil do investimento nas demonstrações individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mais valias de controlada são reclassificadas para a conta de intangível.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados da investida.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuem provisões registradas, bem como contingências para fins de divulgação (possíveis).

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.12. Arrendamentos

A Companhia e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.12. Arrendamentos--Continuação

mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais

incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.10.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa de desconto utilizada pela Companhia e sua controlada é de 10,59% a.a., com o prazo do vencimento do contrato de aluguel em julho de 2055. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento.

2.13. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.14. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e sua controlada Bom Nome Solar S.A.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.15. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações não vigentes

O CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato.

A Companhia e sua controlada estão avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - continuação

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia e sua controlada requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas, valor justo de instrumentos financeiros e estimativas constante em estudo de viabilidade.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e sua controlada aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia e sua controlada não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e sua controlada considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas Contábeis--Continuação

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis - continuação

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício/período quando identificadas.

c) Provisão para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos.

As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Caixa e bancos	18	611
Aplicações financeiras	-	11.284
	18	11.895

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários (CDB) com liquidez imediata, de instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco, remuneração variando entre 98% a 103% do CDI, registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4. Investimentos

Composição

Descrição	Controladora		
	Participação societária	Ágio/Mais valia na aquisição de investimentos	Saldo em 31/12/2021
Bon Nome Solar Participações S. A.	403.290	2.444	405.734
Total Investimentos	403.290	2.444	405.734

Dados dos investimentos e informações financeiras da empresa investida

Investida	31/12/2021				
	Quantidade de ações/cotas	% de participação	Ativo total	Patrimônio líquido	Resultado do período ⁽¹⁾
Investimentos em controlada					
Bon Nome Solar S.A.	405.000.000	100%	418.121	403.290	11.652

Movimentação

Investimento	31/12/2021				Saldo em 31/12/2021
	Aquisição	Ágio e mais valias	Aportes	Equivalência patrimonial	
Bon Nome Solar S.A. (a)	45.394	2.444	346.244	11.652	405.734

(a) Em 1º de julho de 2021, a controladora da Companhia aumentou o capital da Companhia através da integralização das ações da Bom Nome Solar S.A. no montante de R\$ 47.838. A Companhia passou a ser controladora da Bom Nome Solar S.A.

⁽¹⁾ Resultado acumulado de julho a dezembro de 2022 visto aporte realizado em 01 de julho de 2022 – Nota 1.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado

Descrição	Consolidado			
	31/12/2021			
	% taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em andamento				
Adiantamentos contratos de importação	-	188.981	-	181
Construção em andamento	-	210.076	-	398.876
		399.057	-	399.057

Movimentação do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Saldo advindo da reorganização	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em andamento					
Adiantamentos contratos de importação	-	60.139	128.842	(188.800)	181
Construção em andamento	-	-	210.076	188.800	398.876
	-	60.139	338.918	-	399.057

(*) Valor relativo ao imobilizado da Bon Nome Solar aportado na Companhia.

O valor de imobilizado em andamento refere-se substancialmente ao projeto Bon Nome Solar S.A., que em 31 de dezembro de 2021 apresentava 95% de avanço físico. Sua entrada em operação comercial ocorreu em fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possui ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras. Entretanto, a Bon Nome Solar S.A. comprometeu-se a alienar fiduciariamente a totalidade dos equipamentos do projeto em favor do credor fiduciário das debêntures emitidas pela Bon Nome Solar Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não identificaram indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia e sua controlada avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível

O intangível é composto pelos valores dos ativos apresentados a seguir:

Investimentos	Consolidado	
	Contrato de venda de energia	Total
Saldo em 1º de junho de 2021	-	-
Bon Nome Solar Participações S.A.	2.444	2.444
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.444	2.444

7. Direito de uso

Os valores relativos ao Direito de uso registrados no ativo são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos advém principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

Descrição	Consolidado		Saldo em 31/12/2021
	Saldo advindo da reorganização	Amortização	
Direito de uso	6.516	(96)	6.420

8. Fornecedores

Descrição	Consolidado
	31/12/2021
Fornecedores nacionais	6.530
	6.530

Refere-se aos fornecedores nacionais para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

Descrição	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Debêntures (a)	255.555	255.555
	255.555	255.555

(a) A Bon Nome Solar Participações S.A. realizou em 09 de setembro de 2021 uma emissão privada de debêntures, onde foram emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$250.000, realizada em série única, sendo remuneradas pelo CDI+2,30% ao ano, com vencimento em 09 de setembro de 2022.

Em 16 de setembro de 2021, foi liberado a 1ª tranche para a Bon Nome Solar Participações S.A. no valor de R\$183.095, referentes à 183.095 debêntures. No dia 25 de outubro de 2021, ocorreu a liberação da 2ª tranche no valor de R\$66.904, referente à 66.350 debêntures, ao preço unitário corrigido de R\$1.008,35. As duas liberações totalizam 249.245 debêntures ao preço de R\$249.999. Do total previsto de 250.000 debêntures a serem emitidas, 555 debêntures não foram desembolsadas e portanto, serão canceladas.

Como covenants mais relevantes estão a vedação à contratação de novas dívidas na emissora em valor superior a R\$100 e proibição de redução de capital da emissora.

Como garantias ao financiamento, existem os seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Aval dos Acionistas.

A movimentação das debêntures é apresentada como segue:

Descrição	Ingresso da dívida	Juros incorridos	Custos a amortizar	Amortização de custos a amortizar	Saldo em 31/12/2021
Debêntures	250.000	6.846	(1.852)	561	255.555
Total	250.000	6.846	(1.852)	561	255.555

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

No período compreendido de 1º de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não possuíam processos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possíveis, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

11. Passivo de arrendamento

Os valores relativos ao Passivo de arrendamento registrados no passivo circulante e não circulante são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos advém principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2020 e 2055.

A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 2.11.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado				
	Saldo advindo da reorganização	Ajuste a valor presente	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Passivo de arrendamento	23.919	(17.759)	(1)	338	6.497
Circulante					25
Não circulante					<u>6.472</u>
					<u>6.497</u>

O passivo de arrendamento apresentado no passivo não circulante tem o seguinte fluxo de pagamento esperado:

Vencimento de Passivo de Arrendamento	Consolidado					A partir de 2027	Total
	2023	2024	2025	2026			
Fluxo esperado	28	31	34	37	6.342	6.472	

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 1º de junho de 2021, a Companhia foi constituída por meio da subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$1,00 (um real) cada, totalizando um capital subscrito de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Em 1º de julho de 2021, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$ 47.838 mediante a emissão de 47.838.075 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizadas. Esse aumento foi realizado com o aporte das ações da Bon Nome Solar S.A.

Em 09 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social para R\$157.000 mediante a emissão de 109.161.925 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizadas.

Em 28 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da companhia passa a ser de R\$162.000 mediante a emissão de 5.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 (um real) por ação, que serão integralizadas até 31 de dezembro de 2022, em moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito da companhia é de R\$162.000, sendo R\$15.906 a integralizar, com um saldo de capital integralizado líquido de R\$146.094, dividido em 162.000.000 (cento e sessenta e dois milhões) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas.

A composição do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

Acionista	31/12/2021	
	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Mercury Renew Participações S.A.	162.000.000	100%
Total	162.000.000	100%

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--continuação

12.2. Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou em outros fins.

A distribuição de dividendos deverá corresponder a, no mínimo, 25% do lucro líquido da Companhia no exercício social, salvo nas hipóteses de reinvestimento, conforme aprovado pelos acionistas.

13. Despesas administrativas e gerais

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Serviços de terceiros	(241)	(359)
Amortização de direito de uso	-	(96)
Demais receitas e despesas	(26)	126
	(267)	(329)

14. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	508	854
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos (*)	-	11.973
	508	12.827
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(6.846)	(6.846)
Juros sobre arrendamentos	-	(338)
Juros Passivos	(8)	(18)
IOF	(156)	(175)
Demais despesas financeiras	(637)	(756)
	(7.647)	(8.133)
	(7.139)	4.694

(*) NDFs contratadas para proteção cambial, as quais foram liquidadas ao longo do exercício de 2021 e registradas no ativo imobilizado.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Controladora		Consolidado		Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Custo amortizado – ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	18	18	11.895	11.895	1
Custo amortizado – passivos					
Fornecedores	-	-	6.530	6.530	2
Debêntures	255.555	255.555	255.555	255.555	2

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos -Continuação

Gestão de riscos--Continuação

i) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia que está sujeito ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente de sua moeda funcional. Para mitigar o risco de cambial utilizou um instrumento de derivativo.

ii) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia está exposta ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem debêntures, arrendamentos e equivalentes de caixa.

iii) *Risco regulatório*

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração de Energia Solar. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iv) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de debêntures atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2022, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

iv) Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

Consolidado	Indexador	% do Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras (em milhares de R\$)				12,2313%	6,1156%	9,1734%	15,2891%	18,3469%
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras - Bon Nome Solar S.A.	CDI	103,0%	11.284	1.380	690	1.035	1.275	2.070
Total			11.284	1.380	690	1.035	1.275	2.070

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

iv) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Bon Nome Solar Participações S.A.				Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Debêntures (em milhares de R\$)	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				14,4481%	8,3741%	11,4111%	17,4852%	20,5222%
Debêntures								
Debêntures	CDI +	2,30%	255.555	36.923	21.400	29.162	44.684	52.445
Total			255.555	36.923	21.400	29.162	44.684	52.445

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

v) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

vi) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo da companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Bon Nome Solar Participações S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão assim compostos:

				31/12/2021
Empresas	tipo de seguro	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Bon Nome Solar	Responsabilidade civil	5.000	38	28/02/2022
Bon Nome Solar	Risco de engenharia	5.500	351	28/02/2023

17. Eventos subsequentes

Financiamento Bom Nome

Em 19 de janeiro de 2022, a Bom Nome Solar S.A, celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., contrato de financiamento, no valor de R\$ 192.513, prazo 20 anos, juros de IPCA +5,0441% (pagos mensalmente a partir de março/23), com previsão de desembolso para abril/22 (85%) e junho/22 (15%).

Entrada em operação de Bom Nome

Em 03 de fevereiro de 2022, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da Usina Fotovoltaica BON NOME, com capacidade instalada de 131,7MWp (capacidade de 100MW), sob o regime de produção independente de energia solar.